

Dos cartórios da Ordem Beneditina ao Real Archivo da Torre do Tombo: o périplo de Frei Francisco de São Luís Saraiva

From the archives of the Order of Saint Benedict to the Royal Archive of *Torre do Tombo*: the tour of Frei Francisco de São Luís Saraiva

CRISTIANA VIEIRA DE FREITAS

Coordenadora do Arquivo Municipal de Ponte de Lima
Doutoranda em Ciência da Informação – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20
cristiana.vf@sapo.pt

Artigo enviado em: 20 de dezembro de 2017
Artigo aprovado em: 1 de março de 2018

RESUMO

Este artigo aborda a veia bibliófila de Frei Francisco de São Luís Saraiva evidenciada desde o seu ingresso na Ordem Beneditina, com apenas 14 anos de idade, e o seu percurso pelas bibliotecas e arquivos da Ordem enquanto visitador e cartorário até à sua nomeação para Guarda-Mor do Real Arquivo da Torre do Tombo. Essa vivência, bem como seu o gosto pela investigação histórica, tendo por base os documentos dos arquivos monásticos, permitiu-lhe conhecer o estado em que se encontravam esses arquivos o que o levou a manifestar uma preocupação constante com as instalações, a conservação e o “arranjo” dos documentos.

PALAVRAS-CHAVE: Cardeal Saraiva; Torre do Tombo; Arquivos da Ordem Beneditina.

ABSTRACT

This article deals with the bibliophile vein of Francisco de São Luís Saraiva, evidenced since his entry into the Benedictine Order, at the age of 14, and his journey through the libraries and archives of the Order as a visitor and archivist, until his appointment as Guardian of The Royal Archive of Torre do Tombo. This experience, as well as his devotion for historical research, based on the documents of the monastic archives, allowed him to know the state of these archives, which led him to express a constant concern with the facilities, the conservation and the “arrangement” of the records.

KEYWORDS: Cardinal Saraiva; Torre do Tombo; Archives of the Benedictine Order.

Introdução

Nascido em Ponte de Lima, em 26 de janeiro de 1766, Frei Francisco de São Luís Saraiva ingressa na Ordem Beneditina com apenas catorze anos de idade, tendo desde logo sido aproveitado como bibliotecário daquela casa.

Desde cedo evidenciou um espírito empreendedor que o levou a tomar a iniciativa de estudar os princípios gerais da literatura e a fazer extratos de textos de poetas, oradores e historiadores com o intuito, segundo o próprio, de “confirmar na memória as doutrinas, e os factos e ao mesmo tempo hirmehabilitando na arte de escrever, e de formar o estilo”¹.

Em 1791 obtém o grau de Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, vendo assim reconhecida a sua capacidade e labor científico².

Efetivamente, a sua vida académica, enquanto estudante e professor, foi pautada por sucessivos triunfos, sendo prova disso o facto de ter iniciado a sua carreira professoral, em 1788, antes mesmo de ter concluído o doutoramento. Em 1789, decorrido apenas um ano sobre a aprovação no concurso de habilitação ao magistério doméstico da Ordem, é promovido a professor ordinário de Teologia no Colégio de São Bento de Coimbra. Foi ainda consecutivamente nomeado para secretário da congregação literária, professor no curso de Filosofia³ e em 1804 foi aprovado por unanimidade

¹ AMPL, *Autobiografia de D. Francisco de São Luís Saraiva Bispo Reservatário de Coimbra, Conde de Arganil*, 1838, fols. 1v-2.

² RAMOS, 1972: 22.

³ RAMOS, 1972: 25-27.

nas provas para opositor de Ciências Sacras⁴. Mas, só em 1817 entra no corpo docente da Universidade de Coimbra, tomando posse da cadeira de Filosofia Racional e Moral no Real Colégio das Artes, equiparado a lente substituto de Teologia⁵.

No início do século XIX é nomeado para cargos importantes que terão reflexo no seu percurso profissional, designadamente: companheiro do Dom Abade Geral do Colégio de São Bento de Coimbra, D. Frei José de Santa Rosa Vasconcelos (1801), abade do Colégio de São Bento de Coimbra (1804), visitador geral (1807-1810 e 1814-1816), e duas vezes cronista-mor do seu instituto religioso (a primeira vez em 1807 e a última em 1819)⁶.

Em 21 de julho de 1821 é nomeado Bispo Coadjutor e futuro sucessor da mitra de Coimbra, cuja consagração teve lugar na Sé de Coimbra, em 15 de agosto de 1822⁷, e por carta régia de 27 de agosto de 1821, é ainda nomeado para o cargo de Reformador Reitor, sucedendo a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. Prestou juramento em Lisboa, em 5 de setembro, e tomou posse em Claustro de 20 de outubro do mesmo ano. Foi exonerado do cargo por carta régia de 23 de junho de 1823⁸.

O cargo de Reitor da Universidade de Coimbra contribuiu para que beneficiasse, à semelhança de outros monges, da autorização para ler e possuir livros proibidos concedida pela Real Mesa para o Exame e Censura de Livros, cujo propósito consistia em “controlar o que a população podia ler sem que os seus espíritos fossem perturbados por fórmulas novas atentatórias do poder político vigente, ou subversivas em relação aos valores da moral católica”⁹.

A sua veia bibliófila terá tido início na biblioteca do Mosteiro de Tibães¹⁰, onde procedeu ao arranjo e à catalogação da livraria, dos manuscritos e

⁴ RAMOS, 1972: 60.

⁵ CARDOSO, 1995: 38.

⁶ DIAS, 2017: 21; MÓNICA, 2004: 588.

⁷ RAMOS, 1972: 122.

⁸ MORAIS, 1951: 61.

⁹ CARDOSO, 2013: 371.

¹⁰ A Biblioteca do Mosteiro de Tibães, uma das mais importantes da Província de Entre Douro e Minho, constituída por cerca de 25000 a 30000 volumes ou tomos, situava-se num local bem iluminado e “era protegida por um sistema de segurança a quatro chaves distribuídas pelo Abade Geral, Prior, Bibliotecário [e] pelo Principal Frei Manoel de Ascensão”. Entre o mobiliário existente, destacam-se umas estantes fechadas “destinadas a manuscritos do mosteiro e de outros cenóbios beneditinos, outras abertas para depósito dos livros que, no virar do século, eram já muitos” e, ainda, de uns gavetões “onde se guardavam os papéis avulsos, conclusões, ou programas científicos e livros velhos e deteriorados” (CARDOSO, 2013: 369).

obras raras¹¹, passando pelas bibliotecas do Mosteiro da Batalha, do Mosteiro dos Religiosos Paulistas da Serra de Ossa e do Mosteiro de São Bento da Saúde, onde “por entre os vetustos in-folios das bibliotecas monásticas converteu em sábias colheitas a fertilidade dos arquivos”¹².

Não nos cabe aqui traçar o percurso político de Frei Francisco de São Luís, contudo não podemos deixar de referir que este sempre defendeu fielmente os ideais liberais, insurgindo-se contra o absolutismo monárquico de D. Miguel. As suas convicções políticas levaram ao seu desterro para o Mosteiro da Batalha, após a Vilafrancada e a consequente queda da Constituição de 1822 e, posteriormente, em 7 de julho de 1828, após a aclamação de D. Miguel, foi arrancado de sua casa, na sua terra natal, para o exílio no Mosteiro de Religiosos Paulistas da Serra de Ossa¹³, onde se mantém, em condições lamentáveis, até à Convenção de Évora Monte, assinada em 26 de maio de 1834.

Os cerca de seis anos em que esteve exilado na Serra de Ossa (entre 1828 e 1834) foram os mais frutíferos a nível intelectual, em que passou grande parte do seu tempo ler e a escrever memórias literárias e históricas “fazendo breves com a leitura as horas compassadas e longas do desterro”¹⁴.

Grande parte do seu estudo foi dedicado à investigação histórica, nomeadamente à História da Igreja, à História da Ordem Beneditina e à História de Portugal, bem como à Diplomática e à Paleografia, o que em muito terá contribuído para a sua nomeação para o cargo de visitador.

Efetivamente, Frei Francisco de São Luís tinha nos arquivos as fontes de informação primárias a partir das quais “sumariava os extratos dos códices, depois de os exumar de pulverulentos sarcófagos, numa impávida sanha de lutador”¹⁵. Contudo, a leitura, interpretação e análise crítica dos documentos originais, como fontes autênticas para a (re)construção da história nacional, exigia forçosamente conhecimentos de Paleografia e de Diplomática¹⁶.

¹¹ Em 1798, Frei Bernardo da Esperança Teles, Abade Geral de Tibães e da Congregação Beneditina Portuguesa (1795-98), incumbiu a Frei Francisco de São Luís a organização do catálogo da Biblioteca de Tibães, que contava com 3.357 títulos e mais de 4.000 volumes. (COELHO, 1873: 148-149).

Coube-lhe, ainda, a elaboração do catálogo dos manuscritos e obras raras da livreria do Mosteiro de Tibães, existente na Biblioteca Pública Municipal do Porto (códice nº 295) (CRUZ, 1966: 173-233).

¹² FERREIRA, (s.d.): 134.

¹³ AMPL, *Autobiografia de D. Francisco de São Luís Saraiva...*, 1838, fol. 6v.

¹⁴ COELHO, 1873: 209.

¹⁵ FERREIRA, (s.d.): 65.

¹⁶ Da sua livreria constam livros sobre essa temática: “Paleografia Espanhola”, de Torreros y Pardo, impresso em Madrid, em 1758 (CARDOSO, 1995: 212).

Assim, no início do século XIX, enquanto percorria as livrarias (bibliotecas) e os cartórios (arquivos) dos mosteiros da congregação em benefício da sua instrução, decidiu melhorar os conhecimentos que possuía em diplomática geral e particular portuguesa.

Tinha na sua Ordem os maiores mestres da Diplomática, entre os quais Jean Mabillon, autor da obra *De Re Diplomatica Libri VI*, publicada em 1681, na qual estabelece regras precisas para a verificação da autenticidade dos documentos, promulgando, assim, uma nova ciência que viria a ser designada por Diplomática, cujo intuito consiste em distinguir os documentos autênticos e genuínos dos documentos falsificados ou suspeitos de tal¹⁷. Mas, para o efeito, contou com o apoio do grande diplomata e lente da Universidade de Coimbra, João Pedro Ribeiro, que lhe despertou interesse “na decifração dos gregotins e garabulhas dos velhos diplomas da história de Portugal, subministrando-lhe diversos extractos e íntegras do Arquivo Nacional da Torre do Tombo”¹⁸.

Frei Francisco de São Luís sabia ler “as caligrafias medievais e quinhentistas, prezava a matéria e o seu cultivo científico”¹⁹ e o seu reconhecimento como paleógrafo e diplomata evidencia-se na correspondência trocada com João Pedro Ribeiro e Frei Bento de Santa Gertrudes acerca de questões paleográficas²⁰.

A sua dedicação ao estudo da Paleografia e Diplomática foi ainda mais importantes se consideramos que a Lei de 21 de fevereiro de 1801 estabeleceu que apenas poderiam desempenhar funções no Real Arquivo da Torre do Tombo aqueles que tivessem frequentado com aproveitamento as aulas de Diplomática, durante pelo menos um ano²¹.

Apesar de serem inúmeros os cargos distintos para os quais foi sucessivamente nomeado ao longo da sua vida e que sempre exerceu com grande afinco, sentido de responsabilidade e patriotismo, aquilo que se pretende aqui realçar é o espírito inquieto, inconformado, dinâmico e, simultaneamente, paciente com que empreendeu as suas funções em prol do bom funcionamento e conservação dos arquivos e bibliotecas.

¹⁷ FREITAS, 2011: 10.

¹⁸ FERREIRA, (s.d.): 8-9.

¹⁹ RAMOS, 1972: 289.

²⁰ Veja-se MATTOSO, José – Correspondência diplomática de Fr. Bento de Santa Gertrudes, João Pedro Ribeiro e Fr. Francisco de S. Luís. *Lusitania Sacra*. Volumes 1 (1956: 261-293), 2 (1957: 295-314), 3 (1958: 257-305), 4 (1959: 275-295) e 5 (1960-1961: 257-302).

²¹ AZEVEDO & BAIÃO, 1905: 205.

De cartorário da Ordem Beneditina a Guarda-Mor da Torre do Tombo

João Pedro Ribeiro, aquando da observação dos cartórios dos mosteiros da Congregação Beneditina, com o intuito de acautelar por meios oportunos a sua total ruína, constata que alguns desses cartórios possuíam documentos relevantes e bem acondicionados. Refira-se, por exemplo, o Mosteiro de Pendorada que mantinha pergaminhos bem conservados, estendidos e sem dobras ou enrolamentos que os danifique e metidos em pastas de papelão dentro de armários com os títulos e divisões competentes²². Em contrapartida, noutros mosteiros, tal como o Mosteiro de Arnoia, os documentos encontravam-se em gavetas separadas e sem casa própria de arquivo²³.

Fruto do espírito iluminista, assiste-se, no século XVIII, a um crescente interesse pelo conhecimento do passado e pela reconstituição da história da Ordem Beneditina. Esta situação, para além da necessidade que a Ordem tinha de provar os seus direitos em pleitos judiciais, impulsionou o *arranjo* sistemáticos dos cartórios e conduziu à criação dos cargos de cronista-mor e de cartorário-mor da Ordem, cabendo a este último a ordenação e catalogação dos documentos guardados nos cartórios e, ainda, a elaboração de memória históricas sobre cada um dos mosteiros da Ordem. Para o cumprimento dessa tarefa, o cartorário-mor contaria com o apoio dos abades dos conventos²⁴.

Foi enquanto visitador dos conventos da Ordem Beneditina que Frei Francisco de São Luís percorreu todos os mosteiros da Ordem e fez recomendações “no sentido de garantir o arranjo dos [cartórios] menos protegidos”²⁵ cuidando para que, tanto as livrarias como os cartórios, fossem instalados “com asseio, em salas apropriadas, nas quais os títulos figurariam em armários especiais, depois de convenientemente inventariados e ordenados sob a direção do cartorário-mor da Ordem”²⁶.

Durante as visitas, Frei Francisco de São Luís aproveitou para, em benefício próprio, examinar os seus cartórios e livrarias “fazendo apontamentos, e extractos, copiando documentos, inscrições, letreiros, disticos &c”²⁷. O compulsar dos arquivos e bibliotecas dos mosteiros beneditinos, que “pela

²² RIBEIRO, 1798: 14.

²³ RIBEIRO, 1798: 22.

²⁴ RAMOS, 1972: 267-268.

²⁵ RAMOS, 1972: 314.

²⁶ RAMOS, 1972: 314.

²⁷ AMPL, *Autobiografia de D. Francisco de São Luís Saraiva...*, 1838, fol.3.

sua antiguidade e riqueza de preciosos documentos eram valiosos repositórios da archeologia e historia nacional”²⁸, abriu-lhe caminho para a investigação histórica e permitiu-lhe adquirir “aquela perspicaz sagacidade que o havia de conduzir na empresa devota, através da qual se desenrolaria aos seus olhos ávidos o vasto panorama das tradições nacionais”²⁹.

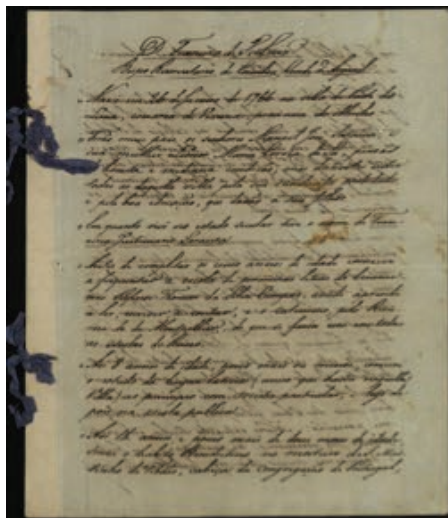


Imagem 1: Autobiografia de D. Francisco de São Luís Saraiva³⁰

A experiência adquirida durante o périplo pelos diversos cartórios e livrarias da Ordem terá contribuído para assumir as funções de cartorário (arquivista) no Mosteiro de Carvoeiro³¹, onde esteve instalado entre 1810 e 1813, e no colégio de Coimbra, onde, para além das obras realizadas no cartório, mandou encadernar diversos documentos e arranjou pastas para o acondicionamento de outros que estavam a sofrer danos, por estarem dobrados³².

²⁸ COELHO, 1873: 34.

²⁹ FERREIRA, (s.d.): 83.

³⁰ AMPL, *Autobiografia de D. Francisco de São Luís Saraiva...*, 1838, fol.1.

³¹ Mosteiro Beneditino fundado antes de 1129, no concelho de Viana do Castelo. Os documentos do cartório remontam ao século XII, sendo que grande parte são “*litígios do Mosteiro com os habitantes daquela Freguezia*” (RIBEIRO, 1798: 24).

Nessa altura, para além de cartorário acumulou as funções de dietarista, depositário e estadista (RAMOS, 1972: 59). Certamente, dever-se-á a Frei Francisco de São Luís, enquanto cartorário Mosteiro de Carvoeiro, a preparação do *Index Geografico Chronologico e Historico dos Cazaes, Prazos e Arrendamentos de Simples Colonia* (RAMOS, 1972: 316-317).

³² RAMOS, 1972: 316.

À semelhança do trabalho que efetuara nas bibliotecas da Ordem, procurou acautelar a instalação dos arquivos. Efetivamente, os cuidados a ter no que se refere à escolha do local para instalação dos cartórios, à forma mais conveniente de guardar ou acondicionar os documentos e, ainda, à sua organização, foram uma preocupação constante e sempre presente nas ações de Frei Francisco de São Luís, sendo prova disso o documento da sua autoria, intitulado *Dois objectos se devem ter presentes, quando se trata de qualquer cartório*, no qual aborda os seguintes aspetos: (1) a instalação e a maneira de guardar os documentos – preservar dos incêndios, da humidade e dos insetos e o uso mobiliário adequado; (2) a forma de seriar nos arquivos – inventariação dos títulos usando o método misto em detrimento dos métodos cronológico e geográfico³³.

No que se refere especificamente ao mobiliário adequado, refere que os armários deviam ser de boa madeira e fechados com portas de grade de modo a permitir a circulação do ar e de impossibilitar meter a mão. Dentro destes, os documentos seriam acondicionados devidamente desdobrados e desenrugados dentro de pastas, de preferência em pergaminho, dispostas na vertical³⁴.

Quanto à inventariação dos títulos opta pelo método misto – ordenados segundo a tipologia documental (doações, testamentos, prazos, etc.) e dentro desta cronologicamente – em detrimento dos métodos cronológico e geográfico. Contudo, admite a possibilidade de ser feita, em alguns casos, uma separação geográfica tendo em conta a localização dos bens³⁵.

Outra importante medida preconizada por Frei Francisco de São Luís prende-se com a incorporação nos arquivos de todos os documentos relevantes para a história da comunidade beneditina, tais os códices, os *Costumeiros* das igrejas anexas, os treslados de livros antigos danificados, entre outros³⁶.

³³ RAMOS, 1972: 315-316.

³⁴ RAMOS, 1972: 315.

³⁵ RAMOS, 1972: 316.

³⁶ RAMOS, 1972: 315.

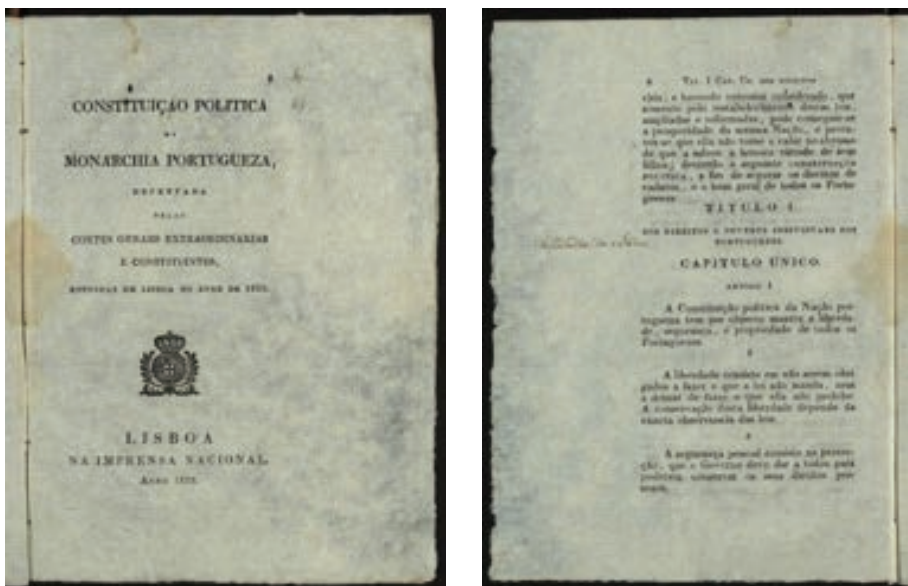


Imagem 2: *Constituição Política da Monarquia Portuguesa com anotações feitas por Frei Francisco de São Luís Saraiva*³⁷

Após um longo afastamento das tarefas que desempenhava em favor do *arranjo* das bibliotecas e dos arquivos da Ordem, devido ao desterro a que esteve votado durante duas décadas, conforme anteriormente mencionado, Frei Francisco de São Luís foi libertado do exílio na Serra de Ossa logo após o término da Guerra Civil (1828-1834). Nessa altura, quando ainda se encontrava no Alentejo, foi nomeado guarda-mor da Torre do Tombo, por Decreto de 4 de junho de 1834.

Para a sua nomeação, D. Pedro IV teve em consideração as capacidades intelectuais e cívicas de Frei Francisco de São Luís:

“...Faço saber aos que esta minha carta virem: que Tendo em muita consideração os vastíssimos conhecimentos e consumada litteratura, e virtudes cívicas de Dom Frei Francisco de São Luiz, Bispo Resignatario de Coimbra, e Conde de Arganil (...) Hei por bem Nomeálo Guarda Mor do Archivo da Torre do Tombo por confiar daquelas relevantes qualidades, que o adornão, o cabal desempenho de tão poderosa

³⁷ Exemplar da Constituição Política da Monarquia Portuguesa decretada pelas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes, reunidas em Lisboa no ano de 1821, enviada por Joaquim Inácio de Freitas, a Frei Francisco de São Luís para verificação e correção. Contém anotações/ correções feitas pelo seu punho (AMPL, *Constituição Política da Monarquia Portuguesa*, 1822).

incumbência, que elle exercitará na forma com que exercitarão os seus antecessores, fazendo recolher ao dito Estabelecimento, os Papeis, Livros, e Documentos, que se achão fóra, ou tirados delle, e que por Regimento, ou por estilo se devem guardar no mesmo Archivo, procedendo na Guarda, e arrecadação deles de tal sorte, que sem dificuldade se achem os Documentos pertencentes ao Real Serviço, e aos Requerimentos das Partes. E pondo num especial cuidado na exacta observância de prohibição, com que Defendo, que o sobredito Archivo se possam extrair Livros, Documentos, ou papeis alguns originaes para qualquer negocio, ou por quaisquer Ordens, que não sejam directamente expeditas pelo Governo...”³⁸.

Frei Francisco de São Luís assume o cargo com grande entusiasmo, dedicação e com um notável empenho em contribuir para um maior enriquecimento do Arquivo Nacional.

Nesse mesmo ano de 1834, foi ainda nomeado para Conselheiro de Estado efetivo, para Presidente das Cortes e para Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino.

Não obstante isso, uma vez que tanto prezava as suas funções na Torre do Tombo, mantém-se no cargo de guarda-mor de modo que era “vulgar encontrarem-se ordens do Ministro do Reino e respectivo despacho do guarda-mor ordenando a sua execução assinados pelo mesmo Bispo Conde Fr. Francisco”³⁹.

A Torre do Tombo “oficina sagrada onde se abriga a matéria prima para os estudos fundamentais da história da nação”⁴⁰ funcionava então, e desde 1757, na ala sul do Mosteiro de S. Bento da Saúde, onde os quartos destinados para o efeito:

“Tinhão grande capacidade para nelle se formarem as accomodaçoens convenientes para o seu bom uso, e também com boas seguranças de paredes, e abobedas, sem que houvesse receyo de que agoa, nem fogo lhe podessem fazer prejuizo, terem boa luz, e serem abundantes de cazas para a divisão das matérias, e laboratório dos seus officiaes, como se vê da planta (nº 1)”⁴¹.

³⁸ BAIÃO, 1928: 5-6.

³⁹ BAIÃO, 1928: 7.

⁴⁰ FERREIRA, (s.d.): 85.

⁴¹ ANTT, *Notícia da destruição e restauração da Torre do Tombo, feita por ordem do Guarda-mor Manuel da Maia*, 1763, fol. 5v.

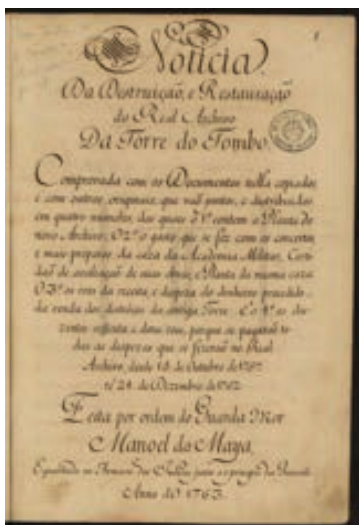


Imagem 3: Notícia da destruição e restauração da Torre do Tombo, feita por ordem do Guarda-mor Manuel da Maia⁴²

Em 1758, dado que apenas um armário tinha escapado à destruição do terramoto de 1755, o então guarda-mor, Manuel da Maia, mandou construir, entre outro mobiliário, cinquenta armários de madeira do Brasil pintados a óleo com filetes e ferragens douradas, para conservar os livros das chancelarias reais, e dezoito estantes igualmente de madeira do Brasil para os livros de toda a grandeza⁴³.

Além da conveniente acomodação do arquivo nas novas instalações, foi considerada a crescente necessidade de espaço uma vez que, “os Archivos quotidianamente vão crescendo, se não tem abundancia de sitio sempre vem a experimentar pobreza de commodos...”⁴⁴. Por outro lado, foi igualmente considerada a necessidade de realização de obras para maior segurança dos documentos dado que, apesar das boas qualidades do edifício, não fora concebido para o efeito.

Nesse sentido, em fevereiro de 1836, Frei Francisco de São Luís deu parecer favorável para se mandarem fazer portas “para resguardo e segurança do Arquivo, que é objeto da maior e mais séria importância”⁴⁵ e, em 16

⁴² ANTT, *Notícia da destruição e restauração da Torre do Tombo...*, fol. 5v.

⁴³ AZEVEDO & BAIÃO, 1905: 10-11.

⁴⁴ ANTT, *Notícia da destruição e restauração da Torre do Tombo...*, fol. 6.

⁴⁵ SARAIVA, 1924, 256.

de junho de 1836, por sua iniciativa, foi entregue à Torre do Tombo a sacristia da Igreja de S. Bento, aumentando-se o espaço até então disponível.

Durante o seu mandato foram efetuadas inúmeras incorporações importantes na Torre do Tombo, designadamente dos cartórios das ordens religiosas, dos tribunais do regime absolutista, da Junta do Comércio e, ainda, deu instruções para a incorporação do arquivo do Desembargo do Paço que, todavia, devem ser analisadas e contextualizadas na época, designadamente no que se refere à extinção das Ordens Religiosas, decretada em 28 de maio de 1834, e à extinção dos tribunais do regime absoluto.

O reconhecimento da importância do arquivo para a construção da memória nacional reflete-se nas atitudes de Fr. Francisco de São Luís que, em outubro de 1834, levou ao conhecimento da rainha D. Maria I o incumprimento do Decreto de 30 de junho de 1834 referente à incorporação na Torre do Tombo dos papéis e processos findos da extinta Junta do Comércio. Mais informa, que ainda não tinham sido incorporados os documentos de outras repartições, conforme determinado no decreto de extinção das mesmas, nem os documentos do Mosteiro de Alcobaça.

Em resposta às preocupações manifestadas pelo guarda-mor da Torre do Tombo, diz a Rainha que a demora na incorporação se deve à grande dificuldade em classificar os papéis da extinta Junta do Comércio. Por outro lado, e no que se refere aos documentos do Mosteiro de Alcobaça o atraso é justificado pelo facto dos mesmos terem sido incorporados na Biblioteca Pública e, segundo o Bibliotecário-mor, estavam a ser examinados e classificados. Quanto aos restantes cartórios dos tribunais e repartições extintas, informam os oficiais que o incumprimento se deve ao facto de não estarem concluídos os respetivos inventários por falta de condições de trabalho para procederem à separação e à organização da documentação acumulada das diversas repartições⁴⁶.

Esta atitude de Frei Francisco de São Luís, bem como o trabalho de classificação e *arranjo* dos papéis e a arrecadação dos livros incorporados na Torre do Tombo, mereceram um elogio de Rodrigo da Fonseca Magalhães, então Ministro dos Negócios do Reino⁴⁷.

Em 1 de março de 1836, a rainha D. Maria I ordena a incorporação das livrarias e dos maços de papéis das extintas Ordens Religiosas na Torre do Tombo, devendo proceder-se ao respetivo inventário. Em 4 de maio do mesmo ano, estando já na Torre do Tombo uma grande parte dos cartórios do Santo Ofício e o resto na Biblioteca Pública da Corte, ordena o Ministro

⁴⁶ BAIÃO, 1928: 7.

⁴⁷ BAIÃO, 1928: 8.

do Reino ao guarda-mor da Torre do Tombo, que os livros impressos sejam enviados para a dita biblioteca⁴⁸.

Conforme já foi referenciado, além do *arranjo* e da elaboração de índice dos documentos, Frei Francisco de São Luís, enquanto guarda-mor da Torre do Tombo, colecionador e bibliófilo, manifesta preocupação com a preservação e a integridade dos documentos.

Assim, a ele se deve, entre outras, a encadernação das Atas da Câmara dos Pares e da Coleção dos Anais da Sociedade Promotora da Indústria Nacional por considerar que: “estas bagatelas não tomam muito espaço, e daqui a 100 ou 200 anos hão-de ser estimadas”⁴⁹.

Por outro lado, em diversas ocasiões, demonstrou abertura no que respeita ao acesso à informação, sendo exemplo disso, o pedido seguinte:

“O portador deste bilhete é o III.^{mo} Joaquim Possidonio da Silva, digno Professor da Architectura e deseja ver os Desenhos de Duarte das Armas, etc. V. S.^a lhe pode facilitar o livro, e algum outro de desenhos que ele deseje ver e nisto lhe dará gosto, e também a mim”⁵⁰.

O caráter exigente de Frei Francisco de São Luís refletiu-se, não apenas na forma como dirigiu os trabalhos de classificação, arranjo dos papéis e arrecadação dos livros recolhidos no Arquivo da Torre do Tombo, mas, de igual modo, na gestão dos recursos humanos a seu cargo. Para o efeito, procurou garantir o bom funcionamento do serviço ao selecionar “com rigor e dignidade, os candidatos que queriam ocupar vagas existentes, menosprezando predicações políticos em favor da competência”⁵¹.

Além disso, em 16 de outubro de 1834, ordenou que o oficial encarregado da direção do Arquivo fizesse cumprir a assiduidade dos empregados e que não permitisse conversas prejudiciais ao trabalho⁵² durante as horas de serviço.

Contudo, em diversas ocasiões, soube reconhecer e valorizar o trabalho desenvolvido pelos oficiais da Torre do Tombo que considerava como os “melhores entre quantos havia em repartições do Estado”⁵³.

48 BAIÃO, 1928: 8.

49 SARAIVA, 1924: 257.

50 SARAIVA, 1924: 251.

51 RAMOS, 1972: 318.

52 BAIÃO, 1928: 7.

53 RAMOS, 1972: 319.

Frei Francisco de São Luís muito prezava as suas funções de guarda-mor da Torre do Tombo, de tal modo que é descrito por António Ferreira⁵⁴ como um devoto “daquela Torre Vetusta onde seu coração de português e o seu espírito iluminado criam ver a alma da raça agasalhada na casa-mãe da Nação”.

Porém, após o triunfo da Revolução de Setembro, mantendo-se fiel aos seus princípios liberais, Frei Francisco de São Luís pede, em 20 de setembro de 1836, a exoneração do cargo de guarda-mor da Torre do Tombo e de membro do Conselho Geral de Beneficência.

Apesar das circunstâncias, mais uma vez, transparece o seu sentido de dever e integridade moral e cívica quando, em outubro de 1836, já demissionário, restituiu documentos que inadvertidamente ficaram na sua posse, designadamente um sumário pertencente a um dos maços do Corpo Cronológico e uns diários.

Mesmo após a sua resignação, continua a manter ligações aos arquivos, em geral, e à Torre do Tombo, em particular, de tal modo que quando foi nomeado Cardeal Patriarca de Lisboa, a 5 de janeiro de 1840, referiu: “Lá ficaram arrumados os livros, os papeis, as curiosidades literárias, e tudo aquilo em que atualmente fazia consistir as minhas inocentes distrações ou divertimentos”⁵⁵.

Enquanto guarda-mor da Torre do Tombo consagrara grande parte da sua atividade à inventariação dos fundos do Arquivo Nacional por estar ciente da importância de divulgar e de dar acesso ao seu vasto e rico acervo.

Por essa razão, em 9 de outubro de 1843, o então Cardeal Saraiva, aquando da receção do primeiro tomo do Índice Geral do Real Arquivo da Torre do Tombo, louvou o trabalho realizado pelos oficiais e reconheceu a utilidade do mesmo para “dar ao Publico alguma idéa da imensa riqueza que aí se guarda; que poucos sabem apreciar e que devem ter merecido a atenção e o zelo do governo”⁵⁶. Sobre esta questão, refere ainda:

“Não importa que haja nesses trabalhos algumas imperfeições, elas são inevitáveis em materia tão vasta, tão trabalhosa, e para a qual apenas há imperfeitos e pouco exactos antecedentes preparos. Cumprê por isso que o Publico saiba, que se conservam aí muitos titulos importantes dos Direitos Publicos do Estado, e particulares do cidadão, muitos das relações politicas com as nações estrangei-

⁵⁴ FERREIRA, (s.d.): 134.

⁵⁵ BAIÃO, 1928: 12.

⁵⁶ SARAIVA, 1924: 263.

ras; muitos sobre negócios eclesiásticos, e muitos emfim respetivos à Historia da Monarquia, e a todos os ramos da sua Administração &c., &c.

Grande obra se tem começado. Oxalá que continue; porque na continuação mesmo se irão corrigindo e rectificando as cousas, que parecerem ou menos exactas, ou menos especificadas. Desculpe V.S.^a este meu palavriado, que ainda é resto da paixão que sempre tive por essa Caza, e tambem pelos seus officiais...”⁵⁷.

Frei Francisco de São Luís, além de cartorário (arquivista), bibliotecário, investigador e bibliófilo, foi também um exímio colecionador.

Para além da sua biblioteca particular, uma das maiores bibliotecas particulares portuguesas do século XVIII, que contava com 2.045 títulos e com um índice feito pelo próprio, faziam parte da sua coleção particular diversos manuscritos de proveniências diversas, alguns dos quais doou, em vida, ao Arquivo da Torre do Tombo.

São exemplo disso, os manuscritos 870 e 321 da Livraria da Torre do Tombo. O primeiro, datado do séc. XVI, com encadernação de couro decorada com escudos e esferas armilares, que outrora pertencera ao arquivo do Desembargo do Paço, foi oferecido por Frei Francisco de São Luís à Torre do Tombo, em 11 de maio de 1855, o qual se guardou no armário 34⁵⁸. Quanto ao manuscrito 321, constituído por cartas e folhas avulsas, contém uma anotação feita pelo próprio:

“Esta colecção me foi entregue da parte do III.^{mo} e Ex.^{mo} Francisco Manoel Trigoso de Aragão Morato, conselheiro de estado, par do reino, com carta sua, escrita a 13 d’este corrente mez de Junho de 1835, em que diz «que a achava entre os manuscriptos da sua casa paterna, e que lembrando-se que provavelmente seria tirada de algum cartório publico, a queria fazer depositar no Real Archivo da Torre do Tombo, como lugar proprio para a sua conservação e guarda”⁵⁹.

Foram igualmente integrados no acervo da Torre do Tombo quatro volumes de documentos originais, essencialmente relevantes para a história da Índia Portuguesa, datados do século XV, provenientes da Casa dos Condes

⁵⁷ SARAIVA, 1924: 264.

⁵⁸ BAIÃO, 1928: 9.

⁵⁹ BAIÃO, 1928: 9.

de São Lourenço que tinham sido adquiridos por Frei Francisco de São Luís, em março de 1827.

Um dos volumes dessa coleção, composto por 323 documentos originais, contém um índice manuscrito feito pelo próprio Frei Francisco de São Luís, foi adquirida, por Portaria de 17 de junho de 1879, aos seus familiares e herdeiros, designadamente a D. Maria José Deslandes, viúva do Conselheiro António Correia Caldeira, para que os mesmos “fiquem convenientemente arquivados n’esse Real Arquivo, como sendo propriedade do Estado”⁶⁰.

Posto isto, concluímos com a afirmação de António Baião:

*“Em vida o Cardeal Saraiva poz o melhor dos seus esforços em bem servir o Arquivo Nacional no aumento e no bom acondicionamento das suas colecções, chegando a doar-lhe alguns dos seus mais valiosos códices; depois de morto é ainda do seu espolio que para a Torre do Tombo vêm manuscritos interessantíssimos enriquecer a já farta riqueza do seu recheio. Duplamente bemdita a sua memória!”*⁶¹.

Arranjo do Cartório da Casa de Sá

A ligação de Frei Francisco de São Luís aos arquivos não se esgota nos cartórios beneditinos e na Torre do Tombo, uma vez que reorganizou o Cartório da Casa de Sá⁶², sita na freguesia de Sá, concelho de Ponte de Lima, pertença da família Araújo de Azevedo.

António de Araújo de Azevedo nasceu na freguesia de Sá, no concelho de Ponte de Lima, em 14 de maio de 1754, foi titulado 1º Conde da Barca em 17 de dezembro de 1815 e faleceu em 1817, no Rio de Janeiro, sem descendência.

Era também ele um bibliófilo e possuidor de uma biblioteca⁶³ “constituída por valiosas raridades bibliográficas, concernentes a todos os ramos

⁶⁰ BAIÃO, 1928: 14.

⁶¹ BAIÃO, 1928: 14.

⁶² Veja-se RODRIGUES, Abel (2009) – O Gabinete do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1808): análise da produção informacional. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 10, p. 71-90.

⁶³ A biblioteca do Conde da Barca seria composta por 2.365 obras em 6.329 volumes, entre os quais preciosos manuscritos, tal como a Bíblia Latina do séc. XII, iluminada (ARAÚJO, 1940: 118). Contudo, outros autores referem 74.000 volumes (BARREIROS, s.d.: 137). Certo é que, em 1809, a sua preciosa biblioteca foi enviada, em caixotes e fardos, para o Rio de Janeiro e, em 1822, a mesma passa a integrar a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BARREIROS, s.d.: 137-139).

do conhecimento, especialmente história e literatura”⁶⁴. Para além da veia bibliófila e da terra natal, António de Araújo de Azevedo e Frei Francisco de São Luís partilham outros aspetos em comum, designadamente o interesse pela investigação nas mais diversas áreas do conhecimento, os ideais liberais e o incontestável apoio a D. Pedro IV e, ainda, o facto de ambos terem pertencido à Academia Real das Ciências e de terem sido condecorados com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo.

Terá sido durante o período em que ocupou o cargo de cartorário no Mosteiro de Carvoeiro (1810-1813), próximo de Ponte de Lima, que Frei Francisco de São Luís procedeu ao *arranjo* do Cartório da Casa de Sá, conforme se pode deduzir do conteúdo da carta enviada a António de Araújo Azevedo em que dá conta do término da inventariação e catalogação. Nesse período, António de Araújo Azevedo encontrava-se ausente no Brasil, já desde 29 de novembro de 1807, altura em que decidiu acompanhar a Família Real, por entender que a sua posição de Conselheiro de Estado assim o exigia⁶⁵.

A tarefa, realizada em apenas três meses, ter-lhe-á sido incumbida por volta de 1811⁶⁶, altura em que, por morte de sua mãe, António de Araújo e Azevedo sucede na administração de toda a propriedade da família – vínculos de Sá, do Outeiro, do Sobreiro e da Quinta da Prova.

Assim, as razões subjacentes ao *arranjo* “das três arcas de papéis confusos e desordenados”, conforme referido na carta abaixo transcrita, estarão relacionadas com “o princípio iluminista da ordem para o bom uso” e a necessidade de melhor gerir todo o património fundiário tornando o acesso aos documentos mais facilitado⁶⁷.

Nessa mesma carta, mais uma vez, sobressai a sua preocupação com a boa conservação e segurança dos documentos, chegando, inclusivamente, a considerar a possibilidade de excomunhão maior *ipso facto* para todas as pessoas que retirarem documentos para ler e não os repuserem no respetivo local depois de lidos.

Segue-se a transcrição da carta:

III.mo Ex.mo S.or

Está em fim o cáhos reduzido a algũa ordem, quero dizer, trez arcas de papeis confusos e desordenados reduzidas a 49 pastas, em que

⁶⁴ ARAÚJO, 1940: 104.

⁶⁵ MALAFAIA, 2008: 148.

⁶⁶ RODRIGUES & SILVA, 2012: 617.

⁶⁷ RODRIGUES, 2007: 128.

esses papeis ficão arranjados com algum systema, e de tal modo indicado no frontespicio de cada hum o seu objecto, numero, e pasta a que pertence, que não só com o Index na mão se pode facilmente achar qualquer papel; mas também não he facil confundirem-se mais, hũa vez que não haja hum total e absoluto trans-torno em todo o plano do meu trabalho. Veja V.Ex.^a como foi facil concluir em 3 mezes sem grande fadiga hum objeto que de outra sorte levaria anos a pôr-se em ordem. Lance V.Ex.^a os olhos ao Index, e se no systema que adoptei achar algũa irregularidade, ou inconveniente, eu explicarei a razão por que assim o arranjei, e o modo com que se pode remediar qualquer defeito. No que toca à beleza typografica das pastas e do Index, V.Ex.^a a pode mandar melhorar quando quizer. As pastas são mais delgadas do que eu queria: podem fazer-se mais fortes, e até eu mandaria encadernar algũas, ficando os papeis na ordem em que vão. O Index foi feito em papel baixo, porque eu esperava que elle levasse muitas emendas, e fazia-o como hum borrão para depois se copiar em limpo. Se V.Ex.^a quizer, mande-o copiar em melhor papel e por melhor letra. As pastas não devem estar em arcas, mas em estantes, nũa caza livre de humidade e de incendios, e deve-se pôr hũa excom-munhão maior ipso facto a toda a pessoa, que tirando hum papel para o ler, o não repozer depois de lido no seu lugar competente. Em fim, hũa vez que se deo ao Cartorio algum arranjo, convem conservalo, e segue o mesmo plano nos papeis que de novo forem crescendo.

Estimarei que V.Ex.^a se dê por contente do meu trabalho, ou ao menos da minha boa vontade, e que acredito por este pequeno serviço os muitos que eu lhe faria, se na minha mão estivesse mostrar todo o respeito, reconhecimento e afeto com que sou

III.^{mo} Ex.^{mo} S.^{or}

De S. Ex.^a

Fiel Amigo e obr.^{mo} C.

Ponte 31 de Dezembro

Frei Francisco de S. Luiz

P.S.

Esquecia-me dizer a V.Ex.^a que não extraviei papel algum se não hũa carta que levou o Sr. Francisco Pereira, e tratava dos tardos, e duendes, e essa que vai incluza, e que me toca por caza, principal-

mente na nota, que tem, por letra do Sr. Brigadeiro.

Mas como V.Ex.^a também nella tem seu quinhão, não me escandalizo na parte que dei resposta aos frades.

O índice mencionado na missiva, que infelizmente não chegou aos nossos dias, ter-nos-ia sido útil para compreender o sistema adotado por Frei Francisco de São Luís, pois, segundo Rodrigues⁶⁸, apenas chegou até nós uma parte residual do inventário.

Por outro lado, das quarenta e nove pastas mencionadas “em que esses papeis ficão arrançados com algum systema”, apenas se conhecem oito pastas (as pastas número I, II e III estão completas e as pastas número IV, V, VI, VII e XIII estão incompletas) o que também dificulta a compreensão do critério de ordenação atribuído por Frei Francisco de São Luís.⁶⁹

Conclusão

Próximo do fim do seu percurso, Frei Francisco de São Luís recebe ainda diversas nomeações para cargos honoríficos: em 9 de dezembro de 1838 foi eleito, por unanimidade, presidente da Academia Real das Ciências de Lisboa e, em 5 de julho de 1842, foi nomeado vice-presidente da Câmara dos Dignos Pares do Reino. Foi nomeado Patriarca de Lisboa, em 5 de janeiro de 1840, e recebeu das mãos da rainha D. Maria II, na Capela Real do Paço das Necessidades, o barrete cardinalício, em 20 de julho de 1843⁷⁰.

Morre, em 7 de maio de 1845, aquele que ficará na história como um dos historiadores e figuras mais emblemáticas do século XIX.

No elogio histórico a Frei Francisco de São Luís, recitado na sessão pública da Academia Real das Ciências, em 19 de novembro de 1856, é referido que:

“Tudo quanto pode, porém, haver de autoridade, de prestígio, de grandeza, e de hierarchia, quantos títulos reparte a largueza dos príncipes, a favor das multidões, e a liberdade da fortuna, se acharam reunidos na pessoa do Cardeal Patriarcha, D. Fr. Francisco de São Luís”⁷¹.

⁶⁸ RODRIGUES, 2007: 131.

⁶⁹ RODRIGUES, 2007: 135.

⁷⁰ RESENDE, 1864: 45.

⁷¹ COELHO, 1873: 4.

Fontes Manuscritas

- Arquivo Distrital de Braga/ ADB (Braga) – *Carta de Frei Francisco de São Luís a António de Araújo de Azevedo*, 18--?. PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/001466. Disponível em <[<http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1410022&ht=%PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/001466%>](http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1410022&ht=%PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/001466%)> (acedido em 12/12/2017).
- Arquivo Municipal de Ponte de Lima/ AMPL (Ponte de Lima) – *Autobiografia de D. Francisco de São Luís Saraiva Bispo Reservatário de Coimbra, Conde de Arganil*, 1838. PT/MPTL/CS/007. Disponível em: <<http://pesquisa.arquivo.cm-pontedelima.pt/details?id=990447>> (acedido em 12/12/2017).
- Arquivo Municipal de Ponte de Lima/ AMPL (Ponte de Lima) – *Constituição Política da Monarquia Portuguesa*, 1822. PT/MPTL/CS/006. Disponível em: < <http://pesquisa.arquivo.cm-pontedelima.pt/viewer?id=990446>> (acedido em 12/02/2018).
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo/ ANTT (Lisboa) – *Notícia da destruição e restauração da Torre do Tombo, feita por ordem do Guarda-mor Manuel da Maia*, 1763. PT/TT/OVNA/892. Disponível em <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4614937>> (acedido em 12/12/2017).

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Artur da Cunha (1940) – *Perfil do Conde da Barca*. Porto: Livraria Tavares Martins.
- AZEVEDO, Pedro A. & BAIÃO, António (1905) – *O Archivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que o compõe e organização*. Lisboa: Academia de Estudos Livres.
- BAIÃO, António (1928) – *O Cardeal Saraiva como Guarda-mór da Torre do Tombo*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.
- BARREIROS, José Baptista (s.d.) – *Ensaio de biografia do Conde da Barca*. Braga: Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- CARDOSO, António Barros (2013) – *Livrarias e bibliotecas na Europa dos tempos modernos. The overarching issues of the European space*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 361-373.
- CARDOSO, António M. de Barros (1995) – *Ler na livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva*. Porto: [s.n.].
- COELHO, J. M. Latino (1873) – *Elogios académicos: D. Fr. Francisco de S. Luiz e Rodrigo da Fonseca Magalhães*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira.
- CRUZ, António (1966) – *Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal. Cale: Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 173-233.
- DIAS, Geraldo Coelho (2017) – *O beneditino Cardeal Saraiva e os estudos históricos. Ponte de Lima: do passado ao presente, rumo ao futuro!*. 2, p. 15-41.
- FERREIRA, António (s.d.) – *O Cardeal Saraiva: um grande limiano*. Porto: Editorial Domingos Barreira, p. 134.
- FREITAS, Cristiana Vieira de (2011) – *A autenticidade dos objetos digitais*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (dissertação de mestrado em

- Informação, Comunicação e Novos Média). Disponível em <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/15266>> (acedido em 09/02/2018).
- MALAFAIA, Eurico Ataíde (2008) – António de Araújo e Azevedo 1º Conde da Barca. In ABREU, João Gomes d' (coord.) – *Figuras Limianas*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, p. 146-149.
- MÓNICA, Maria Filomena (dir.) (2004) – *Dicionário biográfico parlamentar: 1834-1910: N-Z*. Lisboa: Assembleia da República. p. 587-590.
- MORAIS, Francisco (1951) – *Reitores da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Tertúlia Académica, p. 61
- RAMOS, Luís A. de Oliveira (1972) – *O Cardeal Saraiva*. Porto: Faculdade de Letras.
- RESENDE, Marquês de (1864) – *Memoria Historica de D. Fr. Francisco de S. Luiz Saraiva: tirada dos seus escriptos acompanhada de notas e peças justificativas e oferecidas à mesma Academia*. Lisboa: Typographia da Academia. Disponível em <<https://archive.org/details/memriahistri00slui>> (acedido em 12/12/2017).
- RIBEIRO, João Pedro (1798) – *Observações historicas e criticas para servirem de memorias ao systema da diplomatica portugueza oferecidas ao serenissimo Principe do Brazil / publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa pelo seu socio João Pedro Ribeiro*. Lisboa: Typographia da mesma Academia.
- RODRIGUES, Abel & SILVA, Armando Malheiro da (2012) – A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação. In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de família: séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM, CHAM, Caminhos Romanos, p. 597-650.
- RODRIGUES, Abel (2007) – Entre o público e o privado: a génese do arquivo do Conde da Barca. (dissertação de mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea apresentada à Universidade do Minho). Disponível em <<https://up-pt.academia.edu/AbelRodrigues>> (acedido em 09/02/2018).
- SARAIVA, Cardeal (1924) – Trinta e duas cartas inéditas do Cardial Saraiva como Guardamora da Torre do Tombo. Por António Baião. *Almanaque de Ponte de Lima* Ponte de Lima: [s.n.]. Nº 6, p. 248-264.